



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

3.º TRIMESTRE DE 2016



Maio de 2017



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 3.º Trimestre de 2016”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Presença na Internet: www.utam.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre do Ministério das Finanças (1950-54), que representam “as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas”, da autoria do pintor Joaquim Rebocho.



Índice

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2	ENQUADRAMENTO	9
3	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	10
3.1.	Resultado Líquido	10
3.2.	Endividamento	13
3.3.	EBITDA	16
3.4.	Volume de Negócios	19
3.5.	Gastos Operacionais	21
3.6.	Prazo Médio de Pagamentos	24
4	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2016	27
5	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO	29
5.1.	Liquidez	29
5.2.	Rentabilidade	31
5.3.	Endividamento	33
6	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	35
7	UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	40
	ANEXOS	42
A.	EMPRESAS CONSIDERADAS	42
B.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	43

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de atividade	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	10
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade	13
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade	16
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	19
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	21
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade	23
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2015 e setembro 2016)	25
Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.....	27
Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de setembro de 2016	28
Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	29
Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	31
Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	33
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	36
Tabela 15 – Valor dos IGRF em processo de contencioso.....	36
Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)	37
Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso	37
Tabela 18 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade	38
Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)	38
Tabela 20 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	41
Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade	41
Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa	43
Tabela 23 – Endividamento por empresa	46
Tabela 24 – EBITDA por empresa	49
Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade	52
Tabela 26 – FSE por setor de atividade	52
Tabela 27 – Gastos com Pessoal por setor de atividade	53
Tabela 28 – Administração Pública: estatísticas descritivas	54
Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas	54
Tabela 30 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas	55
Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas	55
Tabela 32 – Cultura: estatísticas descritivas	56
Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	56
Tabela 34 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas	57
Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas	57
Tabela 36 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas.....	58
Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas	58
Tabela 38 – Saúde: estatísticas descritivas	59
Tabela 39 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas.....	59



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido	11
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento	14
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	17
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios	20
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais	22
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (setembro 2015 – setembro 2016)	24
Figura 7 – Distribuição do PMP em setembro de 2016.....	25
Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016	28
Figura 9 – Curvas <i>swap</i> EUR e USD.....	39
Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em swaption 5y5y ATM	39
Figura 11 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa	40





1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 3.º Trimestre de 2016” apresenta a informação de natureza económico-financeira que permite avaliar a evolução da situação financeira e patrimonial das empresas públicas durante os primeiros nove meses de 2016, caracterizada através da evolução dos indicadores mais relevantes. Recorreu-se à agregação das empresas públicas por setores de atividade de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, apresentando-se para os indicadores mais importantes a informação detalhada por empresa. A análise é feita, consoante a natureza dos indicadores em análise, em termos homólogos (isto é, por comparação com o final do terceiro trimestre de 2015) ou por comparação com os valores no final de 2015.

Nos primeiros nove meses de 2016 verificou-se um aumento do Resultado Líquido das empresas públicas em 137 milhões de euros (21%) face ao verificado no período homólogo, bem como uma redução do nível de endividamento destas em cerca de 560 milhões de euros (2%), face ao final de 2015. O aumento do Resultado Líquido decorreu maioritariamente dos setores das *Empresas Financeiras* (179 milhões de euros) e dos *Transportes e Armazenagem* (92 milhões de euros), tendo sido parcialmente compensado pelo decréscimo registado no setor das *Gestoras de Património* (98 milhões de euros). A empresa pública que teve o aumento mais significativo do Resultado Líquido face ao período homólogo foi a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., destacando-se de seguida a Metro do Porto, S.A., e a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., empresas integradas nos setores acima mencionados. Quanto à redução do endividamento, o setor dos *Transportes e Armazenagem* teve o contributo mais importante, sendo responsável por uma redução de 530 milhões de euros, com destaque para a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., que no período considerado procederam à amortização de uma parte significativa da sua dívida.

O Volume de Negócios, pelo seu lado, manteve-se em níveis próximos aos registados no trimestre homólogo, com um aumento de 4,1 milhões de euros (0%). O aumento do volume de negócios foi acompanhado por uma redução dos Gastos Operacionais em 62 milhões de euros (2%), a qual se ficou a dever sobretudo à IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., cujos gastos operacionais diminuíram mais de 100 milhões de euros face ao período homólogo. A evolução do volume de negócios e dos gastos operacionais acima descrita refletiram-se numa melhoria do EBITDA em 146 milhões de euros face ao homólogo.

O Prazo Médio de Pagamentos para o conjunto das empresas analisadas aumentou, em termos médios¹, no terceiro trimestre, situando-se no final de setembro em 69 dias, mais um do que em dezembro do ano anterior.

¹ Isto é, a média para o conjunto das empresas tratadas no presente Boletim do valor do Prazo Médio de Pagamentos.



No que respeita aos objetivos de gestão para o ano de 2016², refira-se que a atividade desenvolvida até ao final de setembro daquele ano indicia que 82% das empresas públicas cumpriram as instruções relativas à redução do endividamento, 29% as respeitantes ao aumento do EBITDA, 43% cumpriram os objetivos referentes aos Gastos Operacionais, e 55% cumpriram o objetivo de redução do seu Prazo Médio de Pagamentos.

No terceiro trimestre de 2016, assistiu-se a uma variação positiva, próxima de 4 milhões de euros, da carteira de Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro do Setor Empresarial do Estado (SEE). Refira-se, para este efeito, a melhoria da sua valorização (MtM) em cerca de 56 milhões de euros, compensada parcialmente pelo *cash flow* negativo em cerca de 52 milhões de euros.

Como nota final, no que respeita à Unidade de Tesouraria do Estado, saliente-se o acréscimo das disponibilidades financeiras do SEE depositadas no IGCP, de 1,4 mil milhões de euros no final do segundo trimestre de 2016 para 1,7 mil milhões de euros no final do terceiro trimestre. Apesar deste acréscimo, a taxa de centralização de fundos junto do IGCP diminuiu de 88% no final de 2015 para 86% no final do terceiro trimestre de 2016.

² Os objetivos de gestão das empresas públicas são fixados para o conjunto do ano, sem desagregação trimestral. A UTAM faz a sua análise considerando um padrão regular de evolução ao longo do ano, o que não tem necessariamente que corresponder ao padrão resultante da normal atividade da empresa. Na medida em que tal aconteça e que, portanto exista um padrão sazonal de evolução, podem verificar-se desvios sistemáticos (positivos ou negativos) entre os valores trimestrais e o valor atingido em final de ano. Estes valores devem, portanto, ser interpretados com cautela, exceto no que respeita ao do quarto trimestre.



2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao período compreendido entre janeiro e setembro de 2016, considera as empresas públicas que no último dia útil do mês de dezembro³ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 30 de setembro consideradas necessárias para a elaboração do mesmo⁴.

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram definidos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)⁵, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Atividades Administrativas	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Construção	F	Construção
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Indústrias Transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Informação e Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Transportes e Armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as empresas do SEE consideradas neste Boletim.

³ A data limite para as empresas inserirem no SiRIEF os dados da execução do terceiro trimestre de 2016 era 31 de outubro de 2016. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 30 de dezembro.

⁴ Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao terceiro trimestre de 2016, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2015, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do terceiro trimestre de 2016 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada vertente da análise pode variar.

⁵ Que pode ser consultada no sítio da internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.



3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- Cálculo de desvios face à previsão⁶, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao período compreendido entre janeiro e setembro de 2016 (2016P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2016E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se o valor executado até ao final do terceiro trimestre de 2016 com o verificado no período de referência⁷.

3.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas até ao final do terceiro trimestre de 2016 foi negativo em aproximadamente 529 milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 25 milhões de euros. Aquele resultado representou também um acréscimo de 21%, cerca de 137 milhões de euros face ao mesmo período de 2015. A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2016E) [1]	Previsão (2016P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	22.855	-4.473	27.329	611%	10.207	12.649	124%	
Agricultura e Pescas	3.604	2.192	1.412	64%	3.073	530	17%	
Atividades Administrativas	579	355	224	63%	559	19	3%	
Construção	-16.518	-14.682	-1.836	-13%	-13.426	-3.092	-23%	
Cultura	10.365	5.271	5.094	97%	8.720	1.646	19%	
Empresas Financeiras	22.181	-102.151	124.332	122%	-156.592	178.773	114%	
Empresas Imobiliárias	24.851	8.410	16.441	195%	22.136	2.715	12%	
Gestoras de Património	-92.336	-31.420	-60.916	-194%	5.182	-97.518	-1.882%	
Indústrias Transformadoras	16.854	15.245	1.609	11%	14.907	1.947	13%	
Informação e Comunicação	1.304	4.799	-3.495	-73%	7.829	-6.525	-83%	
Saúde	-213.992	-166.044	-47.948	-29%	-168.065	-45.927	-27%	
Transportes e Armazenagem	-308.755	-271.923	-36.832	-14%	-400.656	91.901	23%	
Total	-529.007	-554.422	25.415	5%	-666.124	137.117	21%	

⁶ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SIRIEF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano para obter os desvios de previsão (para o período de janeiro a setembro) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

⁷ Considerou-se o terceiro trimestre de 2015 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2015 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor das *Empresas Financeiras* superou a previsão em cerca de 124 milhões de euros, tendo sido o setor com maior desvio positivo. Este setor apresentou também o maior acréscimo do Resultado Líquido em relação a um ano antes, na ordem dos 179 milhões de euros, devido à evolução do resultado da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública). O setor dos *Transportes e Armazenagem* registou também um aumento significativo do seu Resultado Líquido, em torno de 92 milhões de euros.

Por outro lado, o setor das *Gestoras de Património* registou o maior desvio de previsão negativo face ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas, cerca de 61 milhões de euros. Foi também este o setor com o maior decréscimo nos primeiros nove meses de 2016 face ao período homólogo, de aproximadamente 98 milhões de euros, explicado na sua maioria pela evolução do resultado da AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A. (AdP).

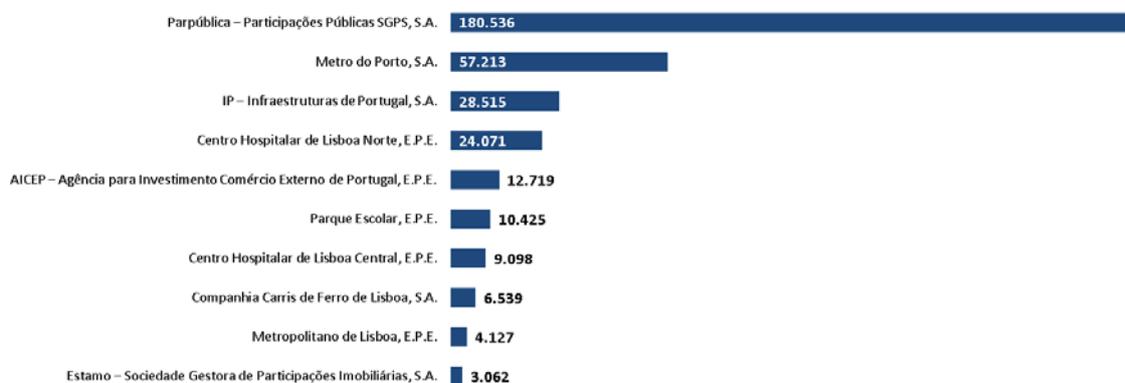
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido nos primeiros nove meses de 2016, face ao período homólogo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido

Unidade: Milhares de euros

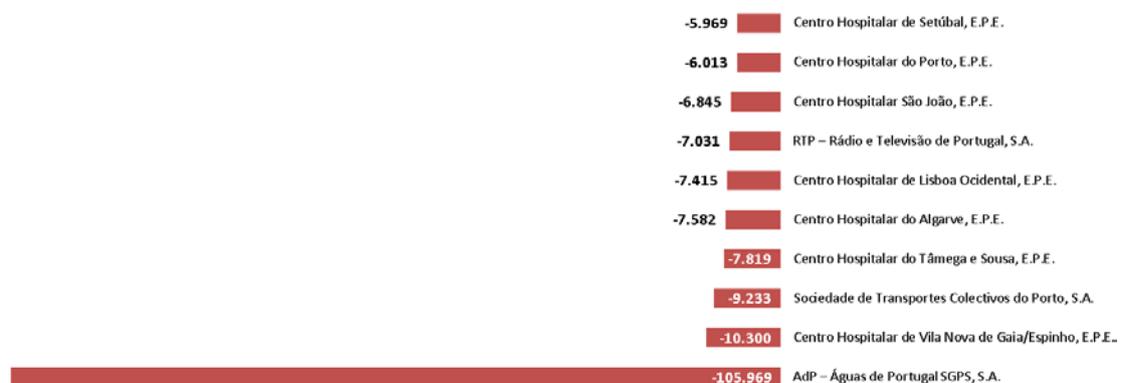
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Resultado Líquido



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Resultado Líquido



Fonte: SiRIEF



A melhoria significativa do Resultado Líquido da Parpública face ao período homólogo, deveu-se em grande parte à melhoria do EBITDA, em cerca de 175 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.3. No que se refere ao Resultado Financeiro assistiu-se a uma melhoria de cerca de 6 milhões de euros, face ao mesmo período.

No caso da Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto), a melhoria do Resultado Líquido deveu-se exclusivamente aos Resultados Financeiros da empresa, e em particular à diminuição da rubrica de *“Juros e gastos similares suportados”*. Esta diminuição de gastos resultou da evolução favorável da atualização financeira das provisões, em cerca de 75 milhões de euros. Em sentido contrário, o EBITDA apresenta um decréscimo de cerca de 19 milhões de euros, evolução essa explicitada com maior detalhe na secção 3.3. Note-se que, apesar da referida evolução, a empresa apresentou um Resultado Líquido negativo em cerca de 158 milhões de euros.

A AdP evidenciou o maior decréscimo do Resultado Líquido, de aproximadamente 106 milhões de euros. Esta diminuição deveu-se em grande parte à deterioração do Resultado Financeiro da empresa nesse montante e, em particular, à diminuição da rubrica *“Juros e rendimentos similares obtidos”*, em resultado sobretudo da venda em 2015 da participação social que a empresa detinha na EGF, acontecimento não repetível que prejudicou a comparação com 2016.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 22 do Anexo B.



3.2. Endividamento

O endividamento⁸ das empresas públicas no final do terceiro trimestre de 2016 ascendeu a cerca de 31,4 mil milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 3,2 mil milhões de euros, ou seja, 11%. Não obstante, o *stock* de dívida reduziu-se em cerca de 560 milhões de euros, 2%, face ao registado no final do exercício de 2015. A tabela seguinte apresenta o nível de endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.148.017	1.136.709	11.308	1%	1.108.839	39.178	4%	
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0		
Atividades Administrativas	64.249	59.815	4.434	7%	62.440	1.809	3%	
Construção	707.515	699.269	8.246	1%	729.600	-22.085	-3%	
Cultura	1.034	1.037	-3	-0%	1.121	-87	-8%	
Empresas Financeiras	3.878.253	3.941.082	-62.828	-2%	4.051.372	-173.119	-4%	
Empresas Imobiliárias	296.269	313.075	-16.806	-5%	355.696	-59.427	-17%	
Gestoras de Património	5.471.977	5.323.625	148.352	3%	5.304.551	167.426	3%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	113.436	113.597	-161	-0%	97.652	15.784	16%	
Saúde	235	164	70	43%	235	0	0%	
Transportes e Armazenagem	19.697.494	16.603.340	3.094.154	19%	20.227.081	-529.587	-3%	
Total	31.378.478	28.191.713	3.186.765	11%	31.938.588	-560.109	-2%	

Fonte: SiRIEF

Os maiores desvios de previsão face aos orçamentos das empresas verificaram-se nos setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Gestoras de Património*, cujo endividamento foi superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 3 mil milhões de euros⁹ e 148 milhões de euros, respetivamente. Já o setor das *Empresas Financeiras* apresenta um nível de endividamento inferior ao previsto nos respetivos orçamentos em cerca de 63 milhões de euros.

No que respeita à evolução face ao final de 2015, o maior acréscimo foi apresentado pelo setor das *Gestoras de Património*, com um aumento de aproximadamente 167 milhões de euros. Os setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Empresas Financeiras* registaram

⁸ Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

⁹ Este desvio decorre maioritariamente da IP, que apenas insere em SiRIEF a estimativa anual para 2016, no caso do *stock* de dívida remunerada de aproximadamente 4,3 mil milhões de euros. Assumindo uma evolução constante da rubrica ao longo do ano, a setembro de 2016 seria expectável uma diminuição próxima de 3 mil milhões de euros, face a 31 de dezembro de 2015, no entanto, a rubrica de financiamentos obtidos aumentou cerca de 6 milhões de euros desde o final de 2015.

diminuições do seu nível de endividamento de cerca de 530 e 173 milhões de euros, respetivamente, sendo estes os decréscimos mais expressivos nos primeiros nove meses do exercício corrente.

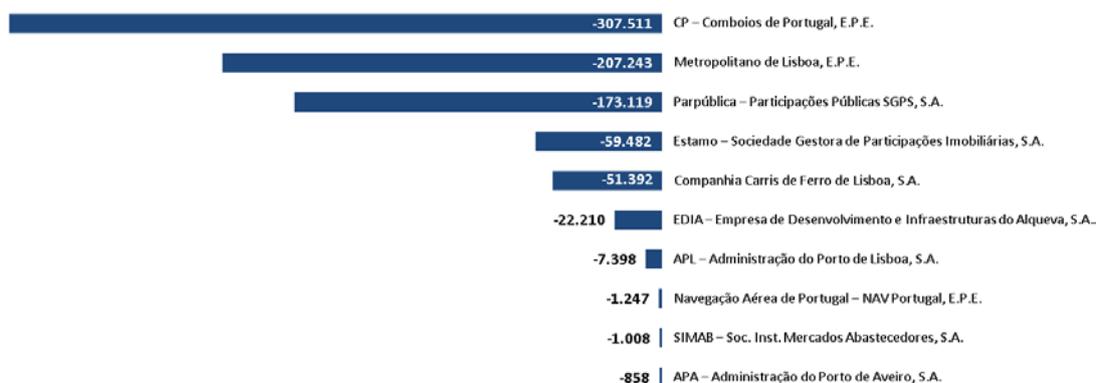
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do endividamento até ao final do terceiro trimestre de 2016, face ao final do ano de 2015.

Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento

Unidade: Milhares de euros

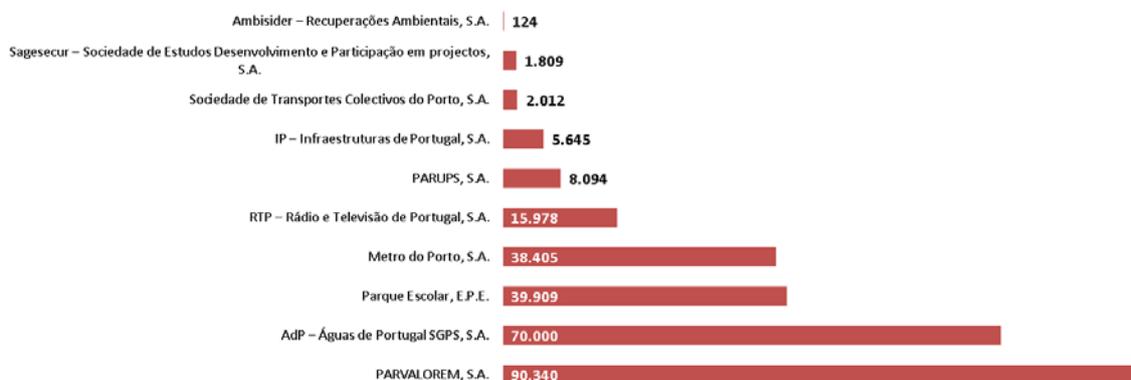
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Endividamento



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Endividamento



Fonte: SIRIEF

O maior decréscimo de endividamento nos primeiros nove meses de 2016, de cerca de 308 milhões de euros, foi registado pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP). Esta evolução foi possível através da realização de aumentos de capital pelo acionista, que serviram para fazer face ao serviço de dívida a terceiros ou que foram realizados por conversão direta de créditos em capital. O segundo maior decréscimo de endividamento foi registado pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metro de Lisboa) em aproximadamente 207 milhões de euros, em resultado da política de financiamento adotada pelo acionista que se traduziu no reforço do capital para fazer face quer ao serviço da dívida à medida que esta se vai



vencendo, quer aos novos investimentos. Note-se ainda o decréscimo de endividamento da Parpública de cerca de 173 milhões de euros, que resultou da amortização, em setembro de 2016, conforme previsto, de um empréstimo obrigacionista de 170 milhões de euros (2013-2016).

O maior aumento de endividamento nos primeiros nove meses de 2016, próximo de 90 milhões de euros, foi registado pela PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM), que se ficou a dever essencialmente a encargos com os juros e comissões respeitantes aos seus financiamentos junto da CGD e DGTF. Segue-se a AdP com um acréscimo da sua dívida remunerada de 70 milhões de euros. Este aumento decorreu de um empréstimo obrigacionista de 75 milhões de euros, realizado pela empresa no primeiro trimestre, para amortização de dívida das suas empresas participadas.

O endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 23 do Anexo B.



3.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas ascendeu a cerca de 715 milhões de euros no final de setembro de 2016, valor superior ao expresso nos orçamentos das empresas em aproximadamente 135 milhões de euros. Relativamente ao período homólogo, o EBITDA registou um acréscimo na ordem dos 146 milhões de euros (26%). O EBITDA das empresas públicas foi o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	93.272	73.672	19.600	27%	76.639	16.633	22%	
Agricultura e Pescas	7.090	5.391	1.699	32%	6.159	931	15%	
Atividades Administrativas	6.171	5.863	308	5%	6.220	-49	-1%	
Construção	5.605	6.678	-1.074	-16%	4.214	1.391	33%	
Cultura	11.106	8.742	2.364	27%	9.450	1.656	18%	
Empresas Financeiras	157.797	40.116	117.681	293%	-14.517	172.314	1.187%	
Empresas Imobiliárias	40.510	18.496	22.014	119%	37.043	3.467	9%	
Gestoras de Património	-21.589	-26.355	4.767	18%	-21.993	404	2%	
Indústrias Transformadoras	26.390	24.809	1.581	6%	24.193	2.197	9%	
Informação e Comunicação	8.912	13.144	-4.232	-32%	16.066	-7.154	-45%	
Saúde	-144.786	-91.640	-53.146	-58%	-94.661	-50.125	-53%	
Transportes e Armazenagem	524.665	501.416	23.249	5%	520.340	4.325	1%	
Total	715.143	580.332	134.811	23%	569.151	145.991	26%	

Fonte: SiRIEF

O maior desvio positivo face aos orçamentos das empresas verificou-se no setor das *Empresas Financeiras*, com uma melhoria na ordem dos 118 milhões de euros. O setor das *Empresas Financeiras* apresentou também o acréscimo mais significativo do EBITDA, em cerca de 172 milhões de euros, devido em grande parte à evolução do EBITDA da Parpública.

O maior desvio negativo face ao proposto nos orçamentos das empresas foi o apresentado pelo setor da *Saúde*, com um agravamento de aproximadamente 53 milhões de euros. Este setor apresentou também o maior decréscimo do EBITDA face ao período homólogo, na ordem dos 50 milhões de euros. Além deste setor, apenas o setor da *Informação e Comunicação* apresentou um decréscimo do EBITDA face ao período homólogo, de aproximadamente 7 milhões de euros, sendo a variação do EBITDA do setor das *Atividades Administrativas* muito próxima de zero.

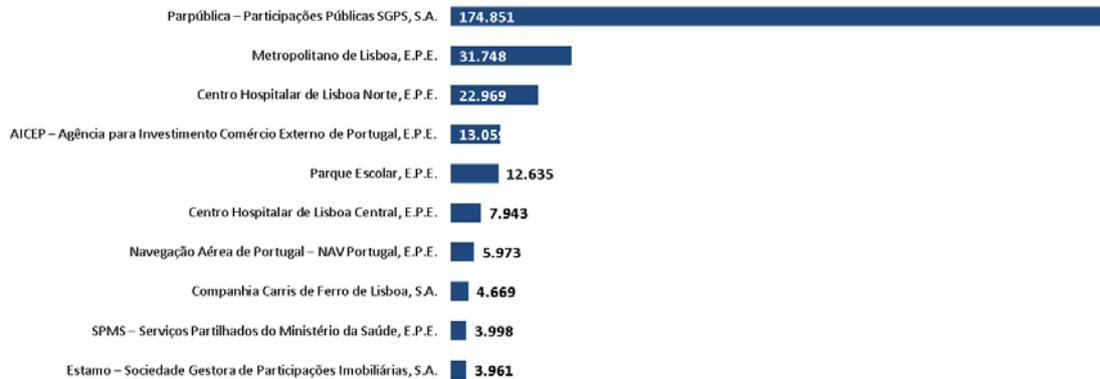
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA até ao final de setembro de 2016, face ao período homólogo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

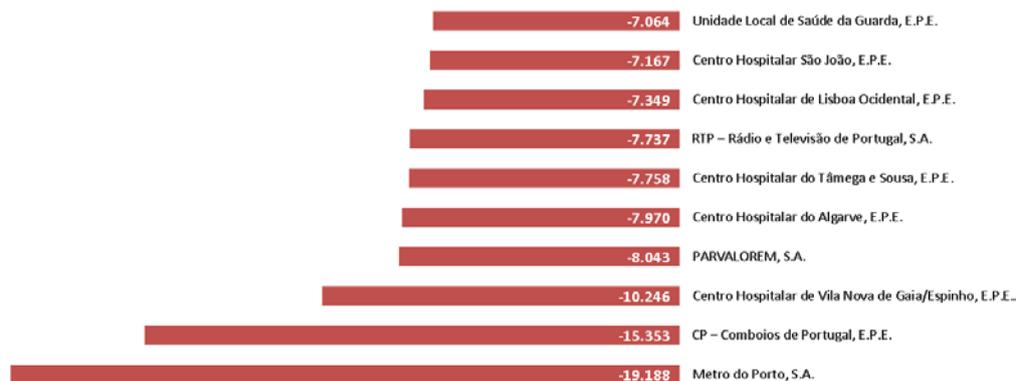
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do EBITDA

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do EBITDA



Fonte: SIRIEF

A Parpública registou o maior acréscimo do EBITDA nos primeiros nove meses de 2016 face ao período homólogo, em cerca de 175 milhões de euros. Este aumento deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: i) até ao final do terceiro trimestre de 2016 não foram registadas provisões, ao contrário do sucedido no período homólogo, em que a empresa registou provisões no valor de 113 milhões de euros associadas aos capitais próprios negativos da TAP (provisão entretanto revertida); ii) a empresa registou um aumento dos dividendos obtidos das suas participadas de cerca de 24 milhões de euros, explicado em grande parte pelo dividendo distribuído pelas suas subsidiárias AdP e Imprensa Nacional da Casa da Moeda, S.A. superiores aos dos últimos anos; e iii) a empresa registou em 2016 cerca de 28 milhões de euros da reversão da imparidade associada à participação no capital da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A..

A Metropolitano de Lisboa apresenta o segundo maior acréscimo do indicador em causa nos primeiros nove meses do exercício de 2016, de cerca de 32 milhões de euros. Este aumento resultou essencialmente do facto de em 2015 ter sido registada uma provisão de cerca de 25



milhões de euros, o que não se repetiu em 2016, bem como da variação positiva do Volume de Negócios de aproximadamente 10 milhões de euros.

O EBITDA da Metro do Porto registou nos primeiros nove meses de 2016 o maior decréscimo face ao mesmo período de 2015, de aproximadamente 19 milhões de euros. Tal deveu-se essencialmente a variações negativas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados em cerca de 18 milhões de euros. Note-se que no mesmo período de 2015 a Metro do Porto registou variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados de cerca de 14 milhões de euros. Assim, este efeito contribuiu com uma redução do EBITDA em aproximadamente 32 milhões de euros, a qual foi parcialmente compensada pela diminuição dos gastos com provisões em cerca de 9 milhões de euros, bem como outros aspetos com efeito mais residual.

De destacar também a redução do EBITDA da CP na ordem dos 15 milhões de euros. Esta evolução foi explicada pela diminuição da rubrica de *“Outros rendimentos e ganhos”*, em cerca de 33 milhões de euros, a qual foi compensada em parte pela redução no registo de imparidades em 2016 face ao período homólogo, de cerca de 16 milhões de euros.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 24 do Anexo B.



3.4. Volume de Negócios

Até ao final de setembro de 2016 o Volume de Negócios das empresas públicas foi de 4,4 mil milhões de euros, montante valor muito próximo ao previsto nos respetivos orçamentos, bem como ao montante registado no período homólogo (desvio negativo de 10 milhões de euros face ao previsto e aumento de 4 milhões de euros face ao homólogo). O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela seguinte.

Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	82.019	90.237	-8.217	-9%	95.996	-13.977	-15%
Agricultura e Pescas	22.695	22.282	414	2%	22.641	55	0%
Atividades Administrativas	5.725	5.725	-0	-0%	5.725	0	0%
Construção	14.902	18.482	-3.580	-19%	13.197	1.705	13%
Cultura	26.172	23.223	2.949	13%	23.376	2.796	12%
Empresas Financeiras	5.028	4.840	188	4%	5.039	-10	-0%
Empresas Imobiliárias	112.585	84.639	27.946	33%	95.093	17.492	18%
Gestoras de Património	36.455	31.213	5.242	17%	21.023	15.431	73%
Indústrias Transformadoras	72.617	75.068	-2.452	-3%	68.849	3.768	5%
Informação e Comunicação	170.420	176.474	-6.054	-3%	167.776	2.644	2%
Saúde	2.343.407	2.345.391	-1.985	-0%	2.270.774	72.632	3%
Transportes e Armazenagem	1.464.259	1.488.910	-24.651	-2%	1.562.661	-98.402	-6%
Total	4.356.284	4.366.485	-10.200	-0%	4.352.150	4.135	0%

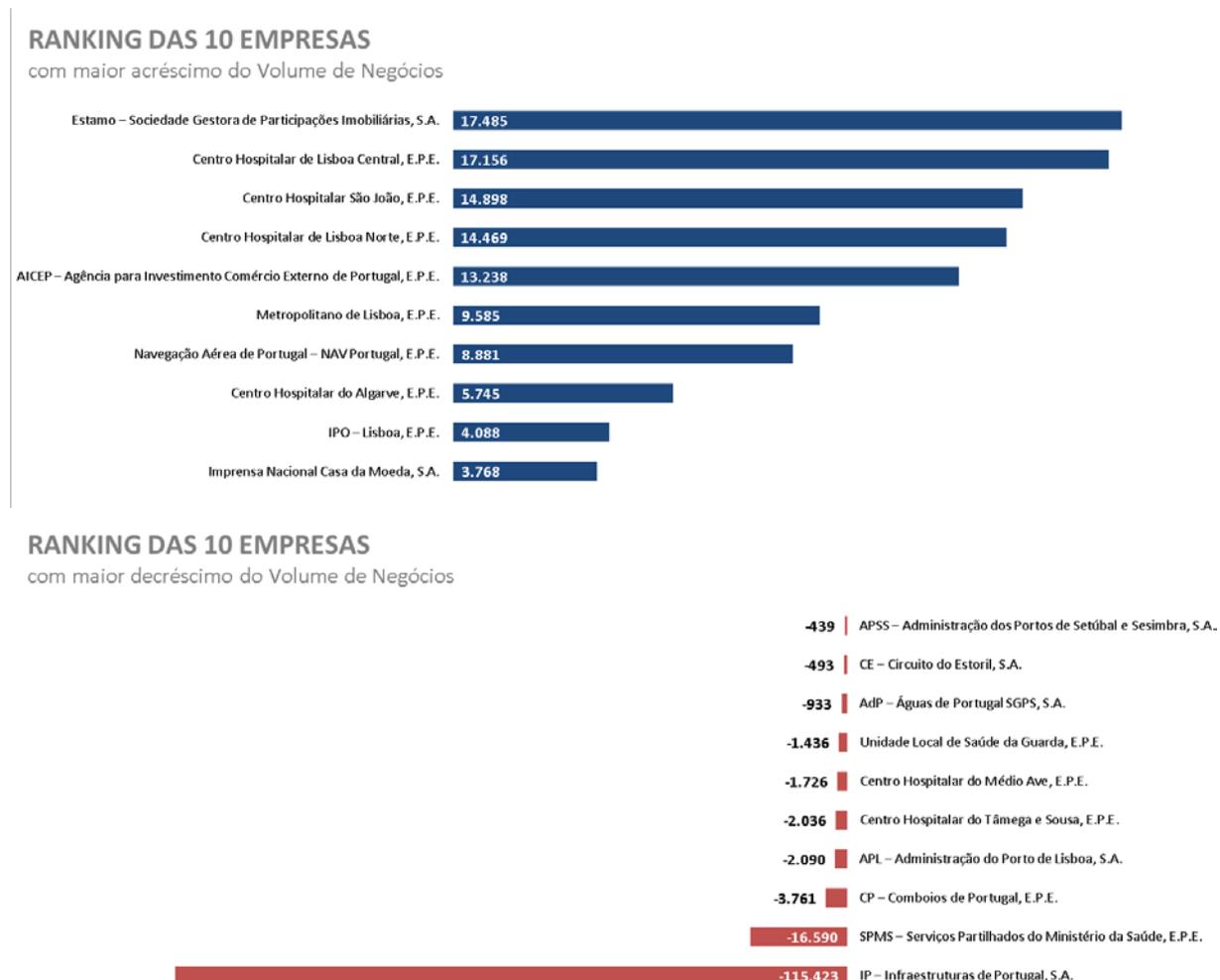
Fonte: SiRIEF

O Volume de Negócios do setor dos *Transportes e Armazenagem* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 25 milhões de euros. O mesmo setor apresentou ainda o maior decréscimo do indicador face ao período homólogo, num montante de 98 milhões de euros. O setor da *Administração Pública* apresentou o segundo maior decréscimo do Volume de Negócios, de aproximadamente 14 milhões de euros. Em sentido contrário, o setor da *Saúde* apresentou um crescimento do Volume de Negócios, na ordem dos 73 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios até ao final do terceiro trimestre de 2016, face ao período homólogo.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

Os aumentos mais significativos do Volume de Negócios foram registados pela ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliária, S.A. (ESTAMO) e pelo Centro Hospitalar Lisboa Central, E.P.E., ambos com um aumento do Volume de Negócios face ao homólogo de cerca de 17 milhões de euros. No caso da ESTAMO o acréscimo decorreu do aumento dos rendimentos provenientes de rendas e de vendas de imóveis.

O maior decréscimo do Volume de Negócios, de cerca de 115 milhões de euros, foi registado pela IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP). Esta evolução deveu-se essencialmente à diminuição dos rendimentos associados aos contratos de construção por força do decréscimo da atividade de construção rodoviária, que em 2015 se encontrava fortemente influenciada pela construção do Túnel do Marão e que no terceiro trimestre de 2016 refletia o abrandamento das obras na rede subconcessionada, nomeadamente o atraso na conclusão das obras da subconcessão do Algarve Litoral e do Baixo Alentejo.



3.5. Gastos Operacionais

Entre janeiro e setembro de 2016 os Gastos Operacionais¹⁰ das empresas públicas totalizaram 4,1 mil milhões de euros, cerca de 93 milhões de euros abaixo da previsão registada nos orçamentos das empresas e 62 milhões de euros abaixo do verificado no período homólogo. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução (2015E) [1]	Previsão (2015P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	34.098	41.143	-7.045	-17%	33.995	103	0%	
Agricultura e Pescas	21.850	23.026	-1.176	-5%	22.484	-634	-3%	
Atividades Administrativas	19	24	-4	-19%	17	2	12%	
Construção	27.988	36.082	-8.094	-22%	107.034	-79.046	-74%	
Cultura	31.384	30.874	510	2%	30.506	879	3%	
Empresas Financeiras	6.286	9.095	-2.809	-31%	7.695	-1.409	-18%	
Empresas Imobiliárias	74.489	64.710	9.779	15%	62.174	12.315	20%	
Gestoras de Património	52.801	53.352	-551	-1%	50.959	1.842	4%	
Indústrias Transformadoras	45.062	44.960	101	0%	45.767	-705	-2%	
Informação e Comunicação	161.360	160.587	773	0%	146.441	14.920	10%	
Saúde	2.581.872	2.552.004	29.868	1%	2.488.398	93.474	4%	
Transportes e Armazenagem	1.032.156	1.146.833	-114.676	-10%	1.136.356	-104.200	-9%	
Total	4.069.364	4.162.689	-93.325	-2%	4.131.826	-62.461	-2%	

Fonte: SiRIEF

O setor da *Saúde* registou o maior crescimento de gastos operacionais, de aproximadamente 93 milhões de euros, face ao registado no período homólogo, situando-se também cerca de 30 milhões de euros acima do previsto nos orçamentos das empresas.

Em sentido contrário, o setor dos *Transportes e Armazenagem* diminuiu os seus gastos operacionais em cerca de 104 milhões de euros. Saliente-se que este setor apresentou gastos operacionais inferiores ao previsto nos respetivos orçamentos das empresas em cerca de 115 milhões de euros. Também o setor da *Construção* registou um decréscimo significativo dos seus gastos operacionais face ao período homólogo, decorrente da evolução dos gastos da EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), de aproximadamente 79 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais nos primeiros nove meses de 2016, face ao período homólogo.

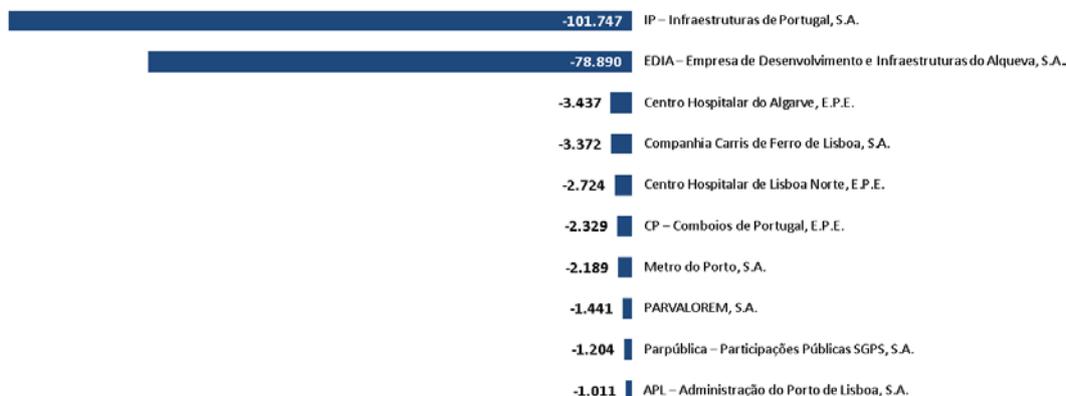
¹⁰ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

**Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais**

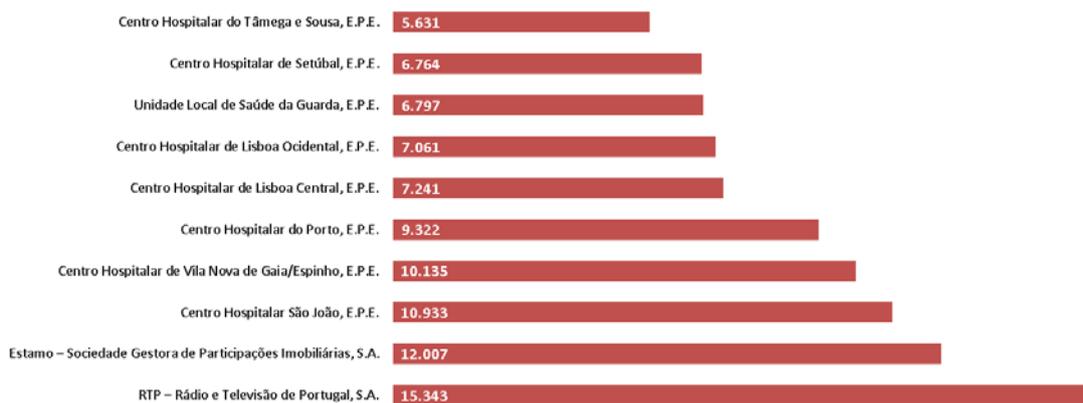
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo de Gastos Operacionais

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo de Gastos Operacionais



Fonte: SIRIEF

O decréscimo de Gastos Operacionais registado pela IP, em cerca de 102 milhões de euros, foi o mais significativo no período. Este decréscimo foi justificado pelos CMVMC associados a “*Novas Infraestruturas Rodoviárias*”, em linha com o decréscimo do Volume de Negócios explicitado acima. É também de assinalar a diminuição dos Gastos Operacionais da EDIA em cerca de 79 milhões de euros.

O maior acréscimo de gastos foi registado pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A., de cerca de 15 milhões de euros, refletindo o aumento dos CMVMC devido à incorporação do custo do evento EURO 2016. Segue-se a ESTAMO com um acréscimo de gastos de cerca de 12 milhões de euros, consequência do aumento dos CMVMC decorrentes exclusivamente da alienação de imóveis que estão registados na rúbrica de “*Existências*”.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado nas Tabela 25, Tabela 26 e Tabela 27 do Anexo B.



Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Rácio dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T3 2016	T3 2015	Varição
Administração Pública	0,416	0,354	0,062
Agricultura e Pescas	0,963	0,993	-0,030
Atividades Administrativas	0,003	0,003	0,000
Construção	1,878	8,110	-6,232
Cultura	1,199	1,305	-0,106
Empresas Financeiras	1,250	1,527	-0,277
Empresas Imobiliárias	0,662	0,654	0,008
Gestoras de Património	1,448	2,424	-0,976
Indústrias Transformadoras	0,621	0,665	-0,044
Informação e Comunicação	0,947	0,873	0,074
Saúde	1,102	1,096	0,007
Transportes e Armazenagem	0,705	0,727	-0,022
Total	0,934	0,949	-0,015

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios nos primeiros nove meses de 2016 foi inferior em cerca de 1,5 pontos percentuais (p.p.) face ao registado no mesmo período em 2015. Cinco dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios.

Destaca-se o setor da *Construção*, cujos Gastos Operacionais até ao final de setembro de 2016 superaram em 87% o respetivo Volume de Negócios, mesmo assim revelando uma diminuição significativa face ao período homólogo, quando foram oito vezes maiores. No caso das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM (constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A.), é importante referir a imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores cujas propostas permitam compensar a totalidade dos encargos suportados com estes ativos que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros.

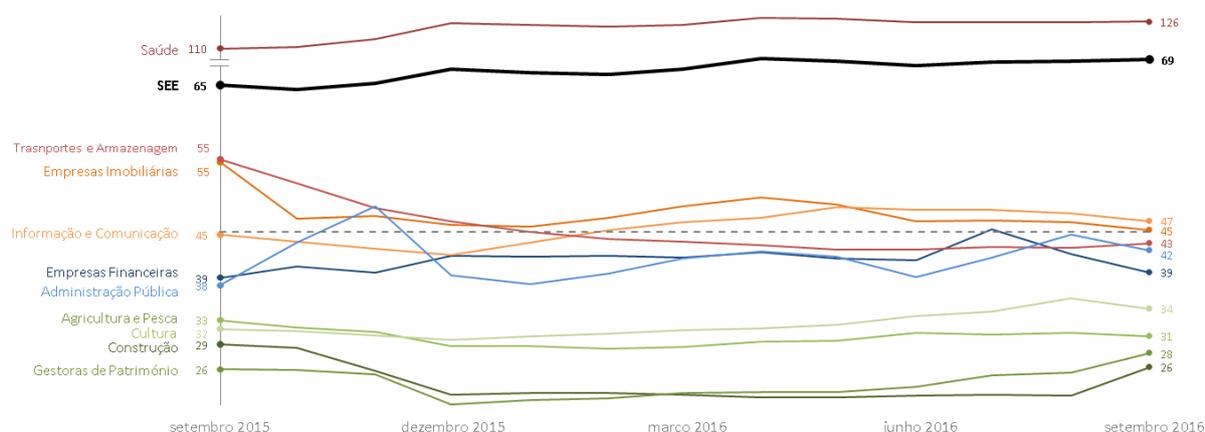
No caso do setor da *Cultura*, o elevado peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, que apresentou uma diminuição face ao período homólogo, justifica-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, como os subsídios atribuídos pelo Estado.

3.6. Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, fixou o objetivo de redução dos prazos de pagamento de forma a “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas na regularização dos compromissos de natureza comercial”. Assim, a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a regularização de pagamentos em atraso são objetivos estabelecidos para as empresas públicas.

A figura seguinte ilustra a evolução do PMP mensal no período compreendido entre setembro de 2015 e setembro de 2016, por setor de atividade¹¹.

Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (setembro 2015 – setembro 2016)



Em termos globais, as empresas públicas registaram um PMP com trajetória ascendente entre setembro de 2015 e setembro de 2016, tendo este ficado situado numa média de 69 dias no final do período considerado. Este valor resultou principalmente do setor da *Saúde*, visto que todos os outros setores se mantiveram abaixo da referida média.

O setor da *Construção* foi o que apresentou, no final do terceiro trimestre de 2016, a média de PMP mais baixa, de aproximadamente 26 dias. Em termos de evolução, note-se também o setor dos *Transportes e Armazenagem*, com uma redução significativa do PMP no período em análise. Este decréscimo deveu-se em grande parte à CP, que diminuiu o seu PMP de 99 dias em setembro de 2015 para 40 dias em setembro de 2016.

Também os setores da *Agricultura e Pescas* e da *Cultura* registaram, no final do período, PMP reduzidos (com média de 31 e 34 dias, respetivamente) e relativamente estáveis ao longo do período em análise. Até março de 2016 o setor das *Gestoras de Património* foi o que apresentou o PMP mais baixo, mês a partir do qual, o PMP deste setor inverteu a sua tendência decrescente, passando o setor da *Construção* a apresentar o PMP mais baixo para o período subsequente.

¹¹ O PMP para um setor de atividade corresponde à média dos PMP das empresas que compõem o setor em causa.

A Tabela 8 apresenta mais detalhadamente a evolução dos PMP durante os primeiros nove meses de 2016.

Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2015 e setembro 2016)

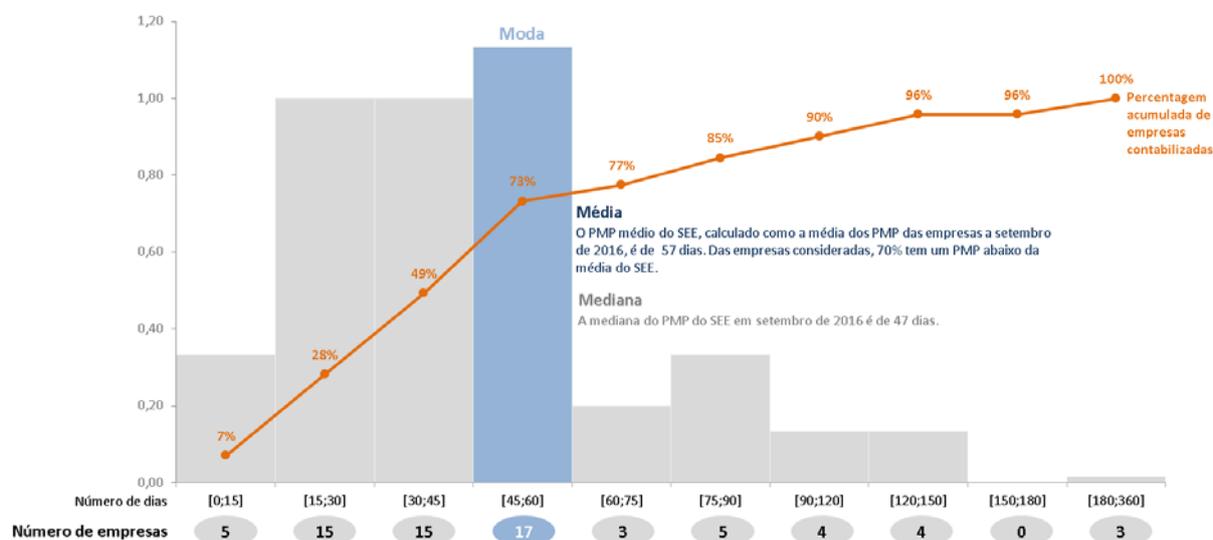
Unidade: dias

Setor	dezembro 2015	setembro 2016	Variação
Administração Pública	39	42	4
Agricultura e Pescas	29	31	1
Construção	22	26	4
Cultura	30	34	4
Empresas Financeiras	42	39	-2
Empresas Imobiliárias	46	45	-1
Gestoras de Património	21	28	7
Informação e Comunicação	42	47	5
Saúde	125	126	1
Transportes e Armazenagem	46	43	-3
SEE	68	69	1

Em termos globais, sete dos dez setores de atividade apresentados aumentaram o seu PMP face a dezembro de 2015. Os maiores acréscimos verificaram-se nos setores das *Gestoras de Património* (7 dias) e da *Informação e Comunicação* (5 dias). O setor da *Saúde* registou o PMP mais elevado de setembro de 2016, com uma média de 126 dias. Em termos globais, o PMP das empresas públicas aumentou 1 dia para os 69 dias registados em setembro de 2016. Por outro lado, o setor dos *Transportes e Armazenagem* diminuiu o seu PMP em 3 dias.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do PMP em setembro de 2016. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de setembro de 2016, num total de 71 empresas.

Figura 7 – Distribuição do PMP em setembro de 2016



Fonte: SiRIEF



Das 71 empresas públicas agora consideradas, 20 tinham um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 70% das empresas apresentaram um PMP inferior à média de 57 dias registada no mês de setembro.



4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2016

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas nos primeiros nove meses de 2016 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016. Estes objetivos, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano em apreço. Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções a propósito aumento do endividamento para um limite em três meses de aproximadamente 2,24%. Este valor foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do endividamento a uma taxa constante ao longo do ano¹².

Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

	Indicador	Objetivo
(1)	Endividamento ¹³	O aumento do endividamento de janeiro a setembro de 2016 deve ser inferior a 2,24%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo até 30 de setembro de 2015 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo até 30 de setembro de 2015 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado a 30 de setembro de 2015.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2015: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2015 (cumprimento excepcional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2015: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excepcional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumpriram os objetivos supramencionados.

¹² De notar que $(1 + r)^{4/3} = 1,03$ (sendo r a taxa considerada para seis meses) pelo que $r = 0,0224$.

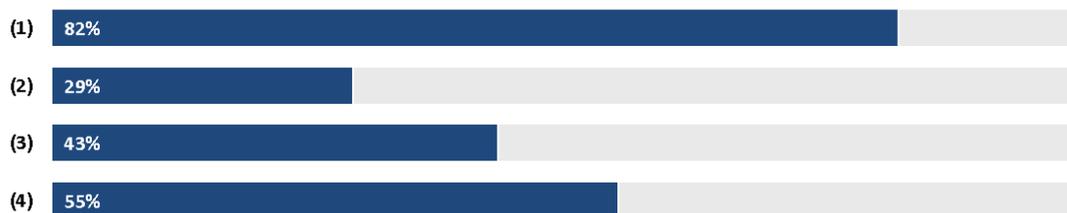
¹³ À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

**Tabela 10** – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de setembro de 2016

		Objetivo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas ¹⁴	Excedem				25
	Cumprem	23	19	16	14
	Não Cumprem	5	46	21	32
Taxa	Cumprimento	82%	29%	43%	55%
	Incumprimento	18%	71%	57%	45%

Fonte: SiRIEF

A figura seguinte ilustra o grau de cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2016

Fonte: SiRIEF

Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorreu no objetivo (2), ou seja, o objetivo referente ao crescimento do EBITDA. Por outro lado, 82% das empresas públicas cumpriram o objetivo (1), ou seja, o relativo à evolução do nível de Endividamento.

¹⁴ O número de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2016.

5 ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas nos primeiros nove meses de 2016, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores. Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o período homólogo para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2015 para a análise de indicadores do Balanço (stocks).

5.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores: *Cash Flow*¹⁵, Fundo de Maneio¹⁶ e Liquidez Geral¹⁷.

Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

Setor	<i>Cash Flow</i>		Fundo de Maneio		Liquidez Geral	
	(Milhares de euros)		(Milhares de euros)		(rácio)	
	T3 2016	T3 2015	T3 2016	T4 2015	T3 2016	T4 2015
Administração Pública	75.923	64.938	118.926	-36.963	2,044	0,749
Agricultura e Pescas	7.213	6.172	20.242	16.437	2,063	2,373
Atividades Administrativas	4.313	4.294	14.402	10.089	7,694	5,057
Construção	3.830	2.354	197.139	268.625	3,239	4,629
Cultura	10.959	9.209	11.977	3.415	1,836	1,257
Empresas Financeiras	-5.823	-39.344	-1.665.580	-950.821	0,101	0,127
Empresas Imobiliárias	25.756	23.101	952.685	941.471	19,842	8,952
Gestoras de Património	-96.377	-32.822	-598.553	695.400	0,652	2,761
Indústrias Transformadoras	18.704	18.276	63.634	61.431	6,329	6,366
Informação e Comunicação	6.109	16.622	-120.739	-133.010	0,417	0,394
Saúde	-142.912	-96.771	-892.700	-699.134	0,834	0,794
Transportes e Armazenagem	117.426	74.273	754.314	69.109	1,101	1,009
Total	25.121	50.301	-1.144.253	246.049	0,953	1,028

Fonte: SiRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. Até ao final do terceiro trimestre de 2016, o *Cash Flow* realizado pelas empresas públicas totalizou cerca de 25 milhões de euros, apresentando um decréscimo de cerca de 25 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado reflete essencialmente a perda de 64 e 46 milhões de euros registada nos setores das *Gestoras de Património* e da

¹⁵ Cash Flow = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Provisões e Imparidades.

¹⁶ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente.

¹⁷ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente.



Saúde, respetivamente, compensada em parte pelo ganho de 43 e 34 milhões de euros registado nos setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Empresas Financeiras*, respetivamente.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi negativo em aproximadamente 1,1 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Passivo Corrente superou o Ativo Corrente neste montante. Face ao último trimestre de 2015 verificou-se uma diminuição de liquidez de aproximadamente 1,4 mil milhões de euros. Destacaram-se cinco setores com fundo de maneio negativo, sendo que os setores das *Gestoras de Património* e das *Empresas Financeiras* registaram um agravamento muito significativo face ao último trimestre de 2015, no montante de 1,3 mil milhões de euros e 715 milhões de euros, respetivamente. No caso das *Gestoras de Património*, este agravamento deveu-se essencialmente à transferência de financiamentos obtidos da rubrica do passivo não corrente para a constante do passivo corrente por parte da PARVALOREM, facto que já se tinha referenciado no Boletim Informativo relativo ao primeiro semestre de 2016. Relativamente às *Empresas Financeiras*, em causa está também uma transferência de financiamentos obtidos não correntes para rubrica equivalente do passivo corrente, por parte da Parpública no decorrer do terceiro trimestre de 2016.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral. Do valor observado para o rácio no final de setembro de 2016, decorre que o Ativo Corrente era 0,95 vezes o Passivo Corrente, ou seja, 5% inferior. Salientam-se as *Empresas Imobiliárias* como o setor com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente, utilizando o seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2015, cinco dos doze setores apresentou, no período até setembro de 2016, um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor das *Gestoras de Património* como explicado acima.



5.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta¹⁸, Rentabilidade das Vendas¹⁹ e Rentabilidade do Capital Próprio²⁰.

Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T3 2016	T3 2015	T3 2016	T3 2015	T3 2016	T3 2015
Administração Pública			1,137	0,798	0,019	0,008
Agricultura e Pescas	0,863	0,851	0,312	0,272	0,063	0,056
Atividades Administrativas			1,078	1,086	0,019	0,017
Construção	0,995	0,992	0,376	0,319	-0,425	-0,354
Cultura	0,951	0,954	0,424	0,404	0,214	0,212
Empresas Financeiras			0,128	0,374	0,006	-0,045
Empresas Imobiliárias	0,411	0,431	0,363	0,390	0,023	0,021
Gestoras de Património	-0,028	-0,007	-0,596	-1,062	0,045	0,143
Indústrias Transformadoras	0,730	0,708	0,363	0,351	0,181	0,161
Informação e Comunicação	0,572	0,666	0,052	0,096	0,634	0,082
Saúde	0,642	0,635	-0,062	-0,042	-0,116	-0,040
Transportes e Armazenagem	0,834	0,775	0,358	0,333	0,002	-0,006
Total	0,712	0,698	0,111	0,107	0,002	-0,006

Fonte: SiRIEF

Até ao final do terceiro trimestre de 2016, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 71% do valor das vendas, superior em cerca de 1 p.p. ao verificado no período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não apresentaram volume de negócios²¹ ou cujo CMVMC foi igual a zero.

A nível setorial, refiram-se as *Gestoras de Património*, o único setor a apresentar uma Margem Bruta negativa, em cerca de 2,8%. Note-se que as oscilações do rácio para este setor ficaram a dever-se essencialmente à natureza das sociedades PARUPS e PARVALOREM, cujas vendas se realizaram por vezes com menos valias ou abaixo do custo de aquisição. Refira-se ainda que no setor da *Informação e Comunicação* se registou um decréscimo de 9 p.p. da Margem Bruta durante os primeiros nove meses de 2016, face ao período homólogo.

¹⁸ Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁹ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados.

²⁰ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio.

²¹ Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados.



A Rentabilidade das Vendas aumentou face ao período homólogo, de 10,7% para 11,1%. Os únicos setores a registar uma Rentabilidade das Vendas negativa foram o da *Saúde* e das *Gestoras de Património*. O setor das *Gestoras de Património* apresentou uma Rentabilidade das Vendas negativa de 60%. Ainda assim, este valor refletiu uma melhoria ligeira do EBITDA (negativo) entre 2015 e 2016, bem como um acréscimo do Volume de Negócios.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou cerca de 0,8 p.p. face ao período homólogo, atingindo os 0,2% em setembro de 2016, deixando assim de ser negativa. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos. O setor da *Informação e Comunicação* mantém-se como o setor que proporciona a maior rentabilidade, na ordem dos 63,4%. Tal deveu-se essencialmente ao contributo da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (LUSA), cujo Resultado Líquido aumentou de 248 mil euros nos primeiros nove meses de 2015 para 754 mil euros nos primeiros nove meses de 2016 e cujo Capital Próprio diminuiu de cerca de 3 milhões de euros para 1,2 milhões de euros no mesmo período. Esta evolução do capital próprio resulta essencialmente da constituição de uma provisão para pré-reformados registada em resultados transitados. Em sentido oposto, o setor da *Construção*, representado pela Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.²², continua a ser o que proporcionou a rentabilidade mais baixa, na ordem dos -42,5%.

²² Uma vez que a EDIA, por ter capital próprio negativo, se encontra excluída do cálculo da rentabilidade do capital próprio.



5.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²³, Rácio de Endividamento Corrente²⁴ e Custo do Passivo Remunerado²⁵.

Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T3 2016	T4 2015	T3 2016	T4 2015	T3 2016	T3 2015
Administração Pública	0,631	0,643	0,047	0,063	0,016	0,018
Agricultura e Pescas	0,347	0,303	0,216	0,153		
Atividades Administrativas	0,677	0,665	0,023	0,025	0,028	0,030
Construção	1,676	1,642	0,134	0,103	0,006	0,006
Cultura	0,238	0,270	0,219	0,245	0,025	0,029
Empresas Financeiras	0,553	0,580	0,222	0,133	0,035	0,035
Empresas Imobiliárias	0,247	0,295	0,035	0,079	0,032	0,032
Gestoras de Património	2,238	2,212	0,569	0,133	0,023	0,025
Indústrias Transformadoras	0,285	0,282	0,092	0,089		
Informação e Comunicação	1,069	1,065	0,595	0,626	0,019	0,027
Saúde	0,928	0,844	0,919	0,830	0,673	0,398
Transportes e Armazenagem	1,034	1,067	0,198	0,211	0,027	0,032
Total	0,979	0,995	0,313	0,243	0,026	0,030

Fonte: SIRIEF

O Rácio de Endividamento diminuiu cerca de 1,6 p.p., em termos globais, de janeiro a setembro de 2016, mantendo-se o total do Ativo superior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo era mais de duas vezes o total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, serão ainda de referir outros três setores com rácio de endividamento superior a um: *Construção*, *Informação e Comunicação* e *Transportes e Armazenagem*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representava cerca de um terço (31%) do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado a 30 de setembro de 2016, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 2,6%, o que corresponde a uma taxa anual efetiva de 3,5%. Com exceção do setor da *Saúde*, todos os setores diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado. É importante notar que no caso do setor da *Saúde* os financiamentos obtidos totalizavam

²³ Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total.

²⁴ Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total.

²⁵ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado.



apenas 235 mil euros. Assim, embora pareça elevado, o rácio não tem grande significado para o setor em causa, podendo ter sido influenciado, por exemplo, por outros gastos que não juros respeitantes a estes financiamentos, na rubrica de “*juros e gastos similares suportados*”.



6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Em 2009 foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação por empresas do SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Ainda em 2013 entra em vigor o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, através do qual a IGCP assume a competência para a gestão dos IGRF contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer da IGCP.

Considerando que as EPR estão impedidas de obter financiamento em mercado²⁶, não se prevê que sejam contratados novos instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco, pelo que novas operações de IGRF incidiriam apenas sobre posições atuais. Adicionalmente, tem-se verificado que os custos tanto de renegociação de operações estruturadas como de contratação de novas operações para a sua gestão são muito elevados, o que não tem permitido executar alterações às posições existentes, tendo em conta que o sector bancário não tem revelado disponibilidade para contrair novas operações.

Neste contexto, a 30 de setembro de 2016 permaneciam 26 IGRF nas carteiras de 7 empresas públicas, repartidas por três sectores de atividade, com um valor contratual agregado de 2.189 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 519

²⁶ Com exceção das EPR em regime concorrencial, de acordo com o artigo 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de outubro.



milhões de euros. A Tabela 14 caracteriza os IGRF agregados por empresa, quanto ao valor contratual e valor de mercado das operações. Note-se que este conjunto não inclui 8 IGRF com estruturas do tipo *snowball*, contratados junto do Banco Santander Totta, que estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos interpostos pelo banco²⁷, e que são apresentados na Tabela 15.

Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2016

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM ²⁸
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. ²⁹	1	7.525,0	-1.051,5
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	100.000,0	-14.528,2
Metro do Porto, S.A.	2	97.731,6	-23.651,9
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	15	561.358,1	-212.674,4
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	1	27.500,0	-697,2
Subtotal Transportes e armazenagem	20	794.114,7	-252.603,2
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	70.000,0	-19.305,4
Subtotal Empresas Financeiras	2	70.000,0	-19.305,4
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A. ³⁰	4	1.325.104,5	-247.260,9
Total	26	2.189.219,2	-519.169,5

Fonte: IGCP

Tabela 15 – Valor dos IGRF em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2016

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	15.000,0	-21.770,9
Metro do Porto, S.A.	2	113.231,6	-531.187,4
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	4	168.093,0	-609.604,0
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1	25.000,0	-123.599,8
Total	8	321.324,6	-1.286.162,1

Fonte: IGCP

²⁷ Mais concretamente, e face ao comunicado da Secretária de Estado do Tesouro de 26 de abril 2013, o Banco Santander Totta propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa. Um destes IGRF, contratado pela Carris, atingiu a maturidade em março de 2016.

²⁸ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização da IGCP foi usada para um derivado da Parpública e para um derivado da Metro do Porto.

²⁹ Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

³⁰ Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP.



No terceiro trimestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE (excluindo derivados Banco Santander Totta), ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação positiva próxima de 4 milhões de euros face ao segundo trimestre de 2016. Este resultado foi principalmente justificado pela redução do valor da opção de conversão das obrigações convertíveis em ações da Galp emitidas pela Parpública, como resultado da redução do preço e da volatilidade das ações subjacentes.

As tabelas seguintes (Tabela 16 e Tabela 17) apresentam a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa entre o final do segundo trimestre de 2016 e o final do terceiro trimestre de 2016.

Tabela 16 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T3 2016 ³¹	MtM T2 2016 ³²	Cash Flow T3 2016 ³²	Variação ³³
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-19,305.4	-18,957.6	-375.6	-723.4
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-1,051.5	-1,089.1	0.0	37.6
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-14,528.2	-15,992.9	-1,456.7	8.0
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-212,674.4	-211,425.9	-5,615.3	-6,863.9
Metro do Porto, S.A.	-23,651.9	-23,305.0	-162.0	-508.9
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	-247,260.9	-259,298.2	0.0	12,037.3
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	-697.2	-1,367.7	-674.4	-3.9
Total	-519,169.5	-531,436.4	-8,284.1	3,982.8

Fonte: IGCP

Tabela 17 – Variação dos IGRF em processo de contencioso

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T3 2016 ³⁴	MtM T2 2015 ³²	Cash Flow T3 2016	Variação
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-21.770,9	-26.016,2	-4.741,5	-496,2
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-609.604,0	-638.970,0	-23.955,4	5.410,7
Metro do Porto, S.A.	-531.187,4	-542.359,3	-15.149,3	-3.977,4
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	-123.599,8	-122.754,7	0,0	-845,1
Total	-1.286.162,1	-1.330.100,2	-43.846,1	91,9

Fonte: IGCP

³¹ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível. A valorização da IGCP foi usada para um derivado da Parpública.

³² Os pagamentos dos *cash flows* associados a IGRF em contencioso estão suspensos desde setembro de 2013.

³³ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o primeiro trimestre de 2016 e dos Cash Flows do mesmo período.

³⁴ De acordo com a valorização da IGCP.



A análise da sensibilidade destes IGRF (excluindo os derivados em processos de contencioso) à variação das taxas de juro, apresentada na Tabela 18, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*), em simultâneo, teria um impacto favorável de cerca de 187 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 268 milhões de euros³⁵.

Tabela 18 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2015

Empresa	Δ +1 p.p.	Δ -1 p.p.
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	7,479.0	-6,800.9
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	162.1	-166.9
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	179.5	-183.9
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	105,367.5	-172,598.8
Metro do Porto, S.A.	6,575.4	-7,279.4
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	67,567.9	-80,659.1
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	2.4	-2.4
Total	187,333.7	-267,691.4

Fonte: IGCP

Na Tabela 19 apresenta-se a análise da sensibilidade do valor de mercado dos IGRF em processos de contencioso à variação das taxas de juro. Verifica-se que a sensibilidade a choques das curvas *swap* é mais elevada nestes derivados, que correspondem a operações do tipo *snowball* com uma forte componente de opcionalidade.

Tabela 19 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade (processos em contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.09.2015

Empresa	Δ +1 p.p.	Δ -1 p.p.
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2.521,3	-2.586,4
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100.490,0	-110.640,6
Metro do Porto, S.A.	105.845,9	-129.091,8
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	24.354,6	-26.582,3
Total	233.211,8	-268.901,2

Fonte: IGCP

³⁵ Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro e do dólar, bem como a volatilidade implícita numa *swaption* 5y5y *at-the-money*³⁶ (ATM), procurando-se com estes indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

Figura 9 – Curvas *swap* EUR e USD

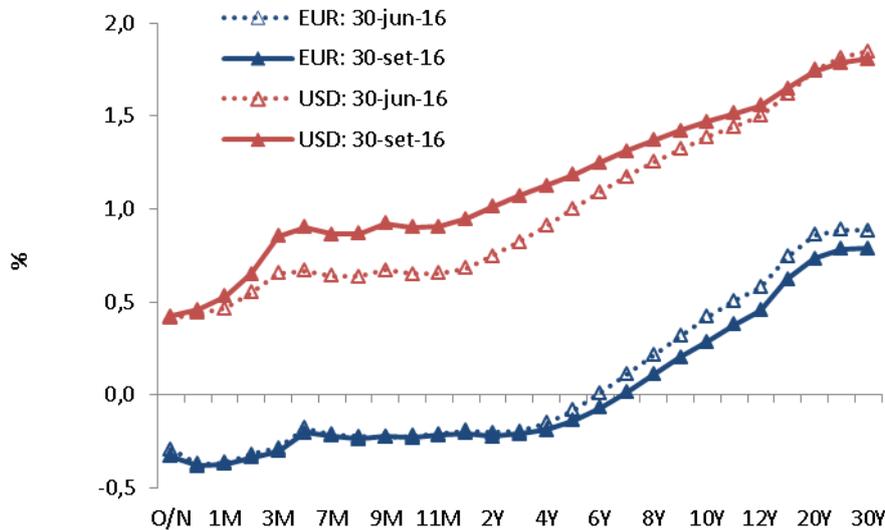


Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em *swaption* 5y5y ATM



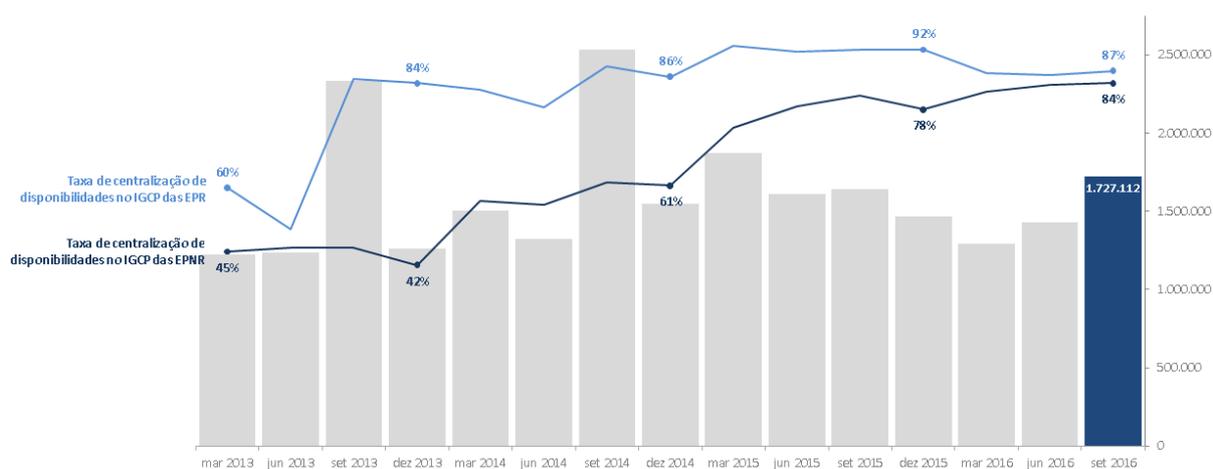
³⁶ Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivativos nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption* 5y5y é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

7 UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, EPR ou EPNR, manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas³⁷ junto da IGCP desde 2013, ano em que entrou em vigor o novo RJSPE.

Figura 11 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa



Fonte: SIRIEF

No final do terceiro trimestre de 2016, as EPNR apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 84%, tendo aumentado face aos 78% registados no quarto trimestre de 2015. Por outro lado, as EPR registaram uma taxa de centralização que ronda os 87%, representando neste caso uma diminuição face aos 92% registados no quarto trimestre de 2015.

A nível setorial, os setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Gestoras de Património* assumem particular relevância, representando respetivamente cerca de 44% e 20% fundos centralizados na IGCP.

As empresas dos setores da *Administração Pública*, das *Empresas Financeiras*, das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e dos *Transportes e Armazenagem* representam 93% dos fundos centralizados na IGCP por parte das empresas públicas.

³⁷ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.

**Tabela 20** – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Setor	T4 2013	T4 2014	T2 2015	T4 2015	T1 2016	T2 2016	T3 2016
Administração Pública	132.275	171.586	135.149	91.861	100.299	101.384	156.136
Agricultura e Pescas	7.101	4.602	3.840	4.149	5.955	6.605	9.996
Atividades Administrativas	0	0	71	0	4.890	4.736	6.696
Construção	33.992	34.932	20.033	10.675	5.732	1.451	1.391
Cultura	4.169	5.544	5.134	6.434	4.415	3.828	10.186
Empresas Financeiras	131.141	16.391	56.205	64.388	64.820	99.283	127.802
Empresas Imobiliárias	24.922	48.701	55.996	73.925	87.620	40.354	62.743
Gestoras de Património	353.630	361.764	574.983	306.801	178.147	330.409	348.391
Indústrias Transformadoras	84	31.073	26.799	41.065	41.659	30.928	31.458
Informação e Comunicação	7	53	48	42	36	36	35
Saúde	268.967	506.546	338.616	215.168	250.579	250.272	207.521
Transportes e Armazenagem	219.064	219.415	234.993	655.278	554.211	562.458	764.756
SEE	1.175.351	1.400.607	1.451.868	1.469.786	1.298.363	1.431.743	1.727.112

Fonte: SiRIEF

Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes aos setores da *Agricultura e Pescas* e das *Empresas Financeiras*, de 73% e 78% no final de 2015 para 87% e 88% no final do terceiro trimestre de 2016, acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas na IGCP. Por outro lado, os setores da *Construção* e das *Gestoras de Património* registaram uma diminuição significativa da taxa de centralização de fundos na IGCP, respetivamente de 77% e 82% no final de 2015 para 48% e 74% no final do terceiro trimestre de 2016.

Tabela 21 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Setor	T4 2013	T4 2014	T2 2015	T4 2015	T1 2016	T2 2016	T3 2016
Administração Pública	99%	99%	98%	99%	99%	99%	100%
Agricultura e Pescas	86%	59%	59%	73%	73%	67%	87%
Atividades Administrativas					83%	94%	96%
Construção	70%	92%	77%	77%	76%	46%	48%
Cultura	76%	68%	77%	65%	51%	37%	59%
Empresas Financeiras	70%	33%	69%	78%	79%	85%	88%
Empresas Imobiliárias	45%	92%	96%	92%	98%	91%	97%
Gestoras de Património	60%	59%	89%	82%	69%	78%	74%
Indústrias Transformadoras	0%	92%	97%	98%	98%	97%	97%
Informação e Comunicação	0%	2%	2%	1%	1%	1%	0%
Saúde	95%	97%	96%	98%	97%	96%	97%
Transportes e Armazenagem	74%	73%	73%	89%	85%	85%	88%
SEE	70%	78%	87%	88%	85%	86%	86%

Fonte: SiRIEF



ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Administração Pública

Parque Escolar, E.P.E.*

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

Agricultura e Pescas

Companhia das Lezírias, S.A.

Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

Atividades Administrativas

Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e

Participação em projectos, S.A.

Construção

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do

Alqueva, S.A.*

Cultura

Circuito do Estoril, S.A.

OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.*

Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Teatro Nacional S. João, E.P.E.*

Empresas Financeiras

Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. * †

FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido

Empresarial SGPS, S.A.

Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento

Imobiliário, S.A.

Parública-Participações Públicas SGPS, S.A.*

Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco,

S.A.

Empresas Imobiliárias

Baía do Tejo, S.A.

CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.*

ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias,

S.A.*

Gestoras de Património

AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de

Portugal, E.P.E.

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.

PARUPS, S.A.*

PARVALOREM, S.A.*

SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.

Indústrias Transformadoras

Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Informação e Comunicação

Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*

Saúde

Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.*

Centro Hospitalar São João, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.*

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.*

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.*

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.*

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.*

Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.*

Hospital Garcia da Orta, E.P.E.*

IPO – Coimbra, E.P.E.*

IPO – Lisboa, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.*

Transportes e Armazenagem

APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.*

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.*

Metro do Mondego, S.A.*

Metro do Porto, S.A.*

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*

MOBI.E, S.A.

Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.

Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.

* Empresas Públicas Reclasseificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	22.855	-4.473	27.329	611%	10.207	12.649	124%	
Parque Escolar, E.P.E.	17.215	-9.769	26.984	276%	6.790	10.425	154%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	5.640	5.295	345	7%	3.416	2.224	65%	
Agricultura e Pescas	3.604	2.192	1.412	64%	3.073	530	17%	
Companhia das Lezírias, S.A.	875	575	300	52%	616	259	42%	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	2.729	1.617	1.112	69%	2.457	272	11%	
Atividades Administrativas	579	355	224	63%	559	19	3%	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	579	355	224	63%	559	19	3%	
Construção	-16.518	-14.682	-1.836	-13%	-13.426	-3.092	-23%	
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-157	6	-162	-2.926%	-186	29	16%	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-16.362	-14.688	-1.674	-11%	-13.240	-3.122	-24%	
Cultura	10.365	5.271	5.094	97%	8.720	1.646	19%	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	538	81	457	566%	629	-91	-14%	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-1.184	-13	-1.170	-8.863%	-266	-917	-344%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	10.595	5.100	5.495	108%	8.084	2.512	31%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	278	96	183	191%	-36	314	874%	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	137	8	129	1.635%	309	-172	-56%	
Empresas Financeiras	22.181	-102.151	124.332	122%	-156.592	178.773	114%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	-811	-3.691	2.880	78%	350	-1.160	-332%	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-16	97	-113	-117%	3	-19	-676%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	188	86	101	117%	190	-2	-1%	
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	22.781	-99.473	122.253	123%	-157.755	180.536	114%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	39	829	-790	-95%	621	-581	-94%	
Empresas Imobiliárias	24.851	8.410	16.441	195%	22.136	2.715	12%	
Baía do Tejo, S.A.	-307	224	-531	-237%	-181	-126	-70%	
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-369	-305	-63	-21%	-147	-221	-150%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	25.527	8.491	17.035	201%	22.465	3.062	14%	
Gestoras de Património	-92.336	-31.420	-60.916	-194%	5.182	-97.518	-1.882%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	39.262	35.344	3.919	11%	145.231	-105.969	-73%	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	-10	154	-164	-107%	-12.730	12.719	100%	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	98	193	-95	-49%	399	-301	-75%	
PARUPS, S.A.	-36.680	-13.965	-22.715	-163%	-34.549	-2.131	-6%	



Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
PARVALOREM, S.A.	-98.136	-56.267	-41.869	-74%	-95.781	-2.354	-2%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	3.130	3.122	9	0%	2.612	518	20%
Indústrias Transformadoras	16.854	15.245	1.609	11%	14.907	1.947	13%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	16.854	15.245	1.609	11%	14.907	1.947	13%
Informação e Comunicação	1.304	4.799	-3.495	-73%	7.829	-6.525	-83%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	754	261	493	189%	248	506	204%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	550	4.538	-3.988	-88%	7.581	-7.031	-93%
Saúde	-213.992	-166.044	-47.948	-29%	-168.065	-45.927	-27%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-10.384	-10.397	13	0%	-11.186	802	7%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-17.920	-18.047	127	1%	-27.017	9.098	34%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-27.071	-34.462	7.391	21%	-51.142	24.071	47%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-16.765	-6.785	-9.981	-147%	-9.350	-7.415	-79%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-8.122	-2.830	-5.292	-187%	-1.277	-6.845	-536%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-18.984	-12.878	-6.105	-47%	-13.015	-5.969	-46%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-19.377	-7.988	-11.389	-143%	-9.077	-10.300	-113%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	2.452	-23.044	25.496	111%	10.034	-7.582	-76%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-4.347	-907	-3.440	-379%	-3.165	-1.181	-37%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-7.143	-7.676	533	7%	-9.917	2.773	28%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-14.550	-7.941	-6.610	-83%	-8.538	-6.013	-70%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-5.963	-5.891	-72	-1%	1.856	-7.819	-421%
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-4.918	-2.100	-2.818	-134%	-2.021	-2.897	-143%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-8.403	-2.111	-6.292	-298%	-2.954	-5.449	-185%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	348	60	287	477%	920	-573	-62%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	684	53	632	1.198%	976	-292	-30%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-7.465	-7.469	5	0%	-9.745	2.280	23%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-3.237	248	-3.485	-1.406%	868	-4.106	-473%
IPO – Coimbra, E.P.E.	-1.029	48	-1.077	-2.238%	82	-1.111	-1.355%
IPO – Lisboa, E.P.E.	-10.598	-3.368	-7.230	-215%	-9.169	-1.428	-16%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-14.830	-6.700	-8.130	-121%	-8.875	-5.955	-67%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-2.131	-501	-1.630	-325%	-1.731	-399	-23%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-5.849	-1.108	-4.741	-428%	-1.267	-4.581	-361%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-4.411	-3.035	-1.376	-45%	-2.856	-1.555	-54%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	-3.980	-1.215	-2.765	-228%	-500	-3.481	-697%
Transportes e Armazenagem	-308.755	-271.923	-36.832	-14%	-400.656	91.901	23%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	467	-1.468	1.935	132%	1.877	-1.410	-75%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	4.178	1.054	3.124	296%	1.074	3.104	289%

**Tabela 22 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	14.616	12.289	2.327	19%	13.194	1.422	11%	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	2.943	2.411	532	22%	3.000	-56	-2%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-30.833	-21.122	-9.711	-46%	-37.373	6.539	17%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-106.697	-88.345	-18.351	-21%	-107.034	338	0%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	27.856	-4.187	32.043	765%	-879	28.735	3.270%	
Metro do Mondego, S.A.	-15	-19	4	20%	-13	-1	-11%	
Metro do Porto, S.A.	-158.257	-122.799	-35.458	-29%	-215.470	57.213	27%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-48.956	-35.404	-13.552	-38%	-53.083	4.127	8%	
MOBI.E, S.A.	22	16	6	37%	106	-84	-79%	
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	9.673	4.731	4.942	104%	8.465	1.208	14%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-23.753	-19.081	-4.672	-24%	-14.519	-9.233	-64%	
Total	-529.007	-554.422	25.415	5%	-666.124	137.117	21%	

Fonte: SiRIEF



Tabela 23 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Administração Pública	1.148.017	1.136.709	11.308	1%	1.108.839	39.178	4%
Parque Escolar, E.P.E.	1.126.089	1.136.709	-10.620	-1%	1.086.180	39.909	4%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	21.928	0	21.928		22.659	-731	-3%
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0	
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0		0	0	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	0	0	0		0	0	
Atividades Administrativas	64.249	59.815	4.434	7%	62.440	1.809	3%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	64.249	59.815	4.434	7%	62.440	1.809	3%
Construção	707.515	699.269	8.246	1%	729.600	-22.085	-3%
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	842	846	-4	-0%	718	124	17%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	706.673	698.424	8.249	1%	728.882	-22.210	-3%
Cultura	1.034	1.037	-3	-0%	1.121	-87	-8%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0		0	0	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	936	936	-0	-0%	926	10	1%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	98	101	-3	-3%	195	-97	-50%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Empresas Financeiras	3.878.253	3.941.082	-62.828	-2%	4.051.372	-173.119	-4%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	209.115	214.709	-5.594	-3%	209.115	0	0%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	0	0	0		0	0	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0	
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	3.669.138	3.726.372	-57.234	-2%	3.842.258	-173.119	-5%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0		0	0	
Empresas Imobiliárias	296.269	313.075	-16.806	-5%	355.696	-59.427	-17%
Baía do Tejo, S.A.	0	0	0		0	0	
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	4.994	5.392	-399	-7%	4.939	55	1%
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	291.275	307.682	-16.407	-5%	350.757	-59.482	-17%
Gestoras de Património	5.471.977	5.323.625	148.352	3%	5.304.551	167.426	3%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	575.000	557.500	17.500	3%	505.000	70.000	14%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	0	0	0		0	0	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0		0	0	
PARUPS, S.A.	477.013	490.561	-13.549	-3%	468.919	8.094	2%



Tabela 23 – Endividamento por empresa (continuação)

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
PARVALOREM, S.A.	4.395.312	4.250.364	144.948	3%	4.304.972	90.340	2%	
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	24.652	25.200	-548	-2%	25.660	-1.008	-4%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0		
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	113.436	113.597	-161	-0%	97.652	15.784	16%	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	209	363	-154	-42%	403	-194	-48%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	113.227	113.234	-7	-0%	97.249	15.978	16%	
Saúde	235	164	70	43%	235	0	0%	
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	175	162	12	8%	175	0	0%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	0	5	-5	-100%	0	0		
IPO – Coimbra, E.P.E.	0	0	0		0	0		
IPO – Lisboa, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	60	0	60		60	0	0%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Transportes e Armazenagem	19.697.494	16.603.340	3.094.154	19%	20.227.081	-529.587	-3%	
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	16.322	16.322	-0	-0%	17.180	-858	-5%	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	91.463	0	91.463		98.861	-7.398	-7%	

**Tabela 23** – Endividamento por empresa (continuação)

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T4 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0		0	0		
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0		0	0		
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	670.478	754.782	-84.304	-11%	721.870	-51.392	-7%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.214.667	3.221.661	-6.994	-0%	3.522.178	-307.511	-9%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	8.407.849	5.331.734	3.076.116	58%	8.402.205	5.645	0%	
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0		0	0		
Metro do Porto, S.A.	3.351.780	3.378.702	-26.922	-1%	3.313.375	38.405	1%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.513.758	3.497.616	16.142	0%	3.721.001	-207.243	-6%	
MOBI.E, S.A.	0	0	0		0	0		
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	3.578	3.578	0	0%	4.825	-1.247	-26%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	427.600	398.946	28.654	7%	425.588	2.012	0%	
Total	31.378.478	28.191.713	3.186.765	11%	31.938.588	-560.109	-2%	

Fonte: SIRIEF



Tabela 24 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Administração Pública	93.272	73.672	19.600	27%	76.639	16.633	22%
Parque Escolar, E.P.E.	84.087	63.704	20.383	32%	71.452	12.635	18%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	9.185	9.968	-784	-8%	5.187	3.998	77%
Agricultura e Pescas	7.090	5.391	1.699	32%	6.159	931	15%
Companhia das Lezírias, S.A.	1.714	1.473	241	16%	1.487	227	15%
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	5.376	3.918	1.458	37%	4.672	705	15%
Atividades Administrativas	6.171	5.863	308	5%	6.220	-49	-1%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	6.171	5.863	308	5%	6.220	-49	-1%
Construção	5.605	6.678	-1.074	-16%	4.214	1.391	33%
Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.	-89	102	-191	-187%	-112	23	21%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	5.694	6.576	-883	-13%	4.325	1.368	32%
Cultura	11.106	8.742	2.364	27%	9.450	1.656	18%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	769	329	440	133%	860	-91	-11%
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-1.053	107	-1.160	-1.086%	-123	-930	-759%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	10.611	7.844	2.767	35%	8.092	2.519	31%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	467	288	178	62%	143	323	226%
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	312	173	138	80%	477	-166	-35%
Empresas Financeiras	157.797	40.116	117.681	293%	-14.517	172.314	1.187%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	-725	-3.175	2.450	77%	726	-1.451	-200%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-27	78	-105	-134%	-18	-9	-52%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	190	88	103	118%	192	-2	-1%
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	157.978	41.945	116.034	277%	-16.872	174.851	1.036%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	380	1.180	-800	-68%	1.455	-1.075	-74%
Empresas Imobiliárias	40.510	18.496	22.014	119%	37.043	3.467	9%
Baía do Tejo, S.A.	65	504	-439	-87%	281	-215	-77%
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-329	-239	-89	-37%	-50	-279	-557%
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	40.773	18.230	22.543	124%	36.812	3.961	11%
Gestoras de Património	-21.589	-26.355	4.767	18%	-21.993	404	2%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	819	252	567	225%	320	500	156%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	92	248	-156	-63%	-12.967	13.059	101%
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	135	221	-86	-39%	335	-200	-60%
PARUPS, S.A.	-10.804	-13.965	3.161	23%	-5.352	-5.452	-102%



Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
PARVALOREM, S.A.	-14.957	-16.271	1.315	8%	-6.913	-8.043	-116%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	3.125	3.160	-34	-1%	2.586	540	21%
Indústrias Transformadoras	26.390	24.809	1.581	6%	24.193	2.197	9%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	26.390	24.809	1.581	6%	24.193	2.197	9%
Informação e Comunicação	8.912	13.144	-4.232	-32%	16.066	-7.154	-45%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1.190	610	580	95%	606	584	96%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	7.722	12.534	-4.812	-38%	15.459	-7.737	-50%
Saúde	-144.786	-91.640	-53.146	-58%	-94.661	-50.125	-53%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-9.574	-9.582	8	0%	-10.374	800	8%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-12.329	-11.115	-1.215	-11%	-20.272	7.943	39%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-19.777	-27.241	7.464	27%	-42.746	22.969	54%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-11.830	-1.061	-10.769	-1.015%	-4.480	-7.349	-164%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-2.282	4.277	-6.559	-153%	4.885	-7.167	-147%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-16.706	-10.499	-6.208	-59%	-10.595	-6.111	-58%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-14.215	-2.878	-11.337	-394%	-3.969	-10.246	-258%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	6.344	-18.606	24.949	134%	14.314	-7.970	-56%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-4.000	4	-4.004	-96.192%	-2.167	-1.833	-85%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-5.979	-6.500	521	8%	-8.744	2.765	32%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-10.776	-3.315	-7.461	-225%	-4.746	-6.030	-127%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-2.786	-2.659	-127	-5%	4.972	-7.758	-156%
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-2.486	105	-2.591	-2.468%	441	-2.927	-664%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-6.536	-91	-6.445	-7.099%	-961	-5.575	-580%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	550	284	266	94%	1.121	-571	-51%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1.137	422	715	170%	1.406	-269	-19%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-6.218	-6.018	-200	-3%	-8.453	2.236	26%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-647	2.067	-2.714	-131%	2.925	-3.572	-122%
IPO – Coimbra, E.P.E.	1.299	2.336	-1.037	-44%	2.402	-1.104	-46%
IPO – Lisboa, E.P.E.	-6.104	1.035	-7.139	-690%	-5.000	-1.104	-22%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-12.280	-4.179	-8.101	-194%	-5.216	-7.064	-135%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-1.247	579	-1.826	-315%	-780	-467	-60%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-2.298	2.479	-4.777	-193%	2.311	-4.609	-199%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-3.233	-1.485	-1.747	-118%	-1.572	-1.661	-106%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	-2.813	0	-2.813	-	637	-3.451	-541%
Transportes e Armazenagem	524.665	501.416	23.249	5%	520.340	4.325	1%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	6.821	5.006	1.815	36%	8.071	-1.250	-15%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	16.051	14.310	1.740	12%	14.440	1.611	11%

**Tabela 24 – EBITDA por empresa (continuação)**

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015	Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	33.859	28.397	5.463	19%	31.411	2.448	8%
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	6.344	5.770	574	10%	6.300	44	1%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-8.782	-121	-8.661	-7.164%	-13.451	4.669	35%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.102	-7.285	10.387	143%	18.456	-15.353	-83%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	475.646	446.160	29.486	7%	482.416	-6.770	-1%
Metro do Mondego, S.A.	-9	-8	-0	-2%	-5	-4	-86%
Metro do Porto, S.A.	-36.405	4.256	-40.661	-955%	-17.217	-19.188	-111%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	9.422	-8.396	17.818	212%	-22.327	31.748	142%
MOBI.E, S.A.	41	28	13	44%	138	-97	-70%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	21.834	16.562	5.272	32%	15.861	5.973	38%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-3.258	-3.262	4	0%	-3.753	495	13%
Total	715.143	580.332	134.811	23%	569.151	145.991	26%

Fonte: SIRIEF



Tabela 25 – CMVMC por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	3.101	3.166	-65	-2%	3.376	-275	-8%	
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0		
Construção	82	123	-42	-34%	100	-19	-19%	
Cultura	1.286	1.092	194	18%	1.069	218	20%	
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	66.297	54.615	11.682	21%	54.123	12.174	22%	
Gestoras de Património	12.638	7.560	5.078	67%	9.238	3.400	37%	
Indústrias Transformadoras	19.616	17.318	2.299	13%	20.111	-494	-2%	
Informação e Comunicação	68.061	67.871	190	0%	52.323	15.738	30%	
Saúde	840.026	814.101	25.925	3%	829.267	10.759	1%	
Transportes e Armazenagem	231.620	238.773	-7.153	-3%	336.049	-104.429	-31%	
Total	1.242.727	1.204.620	38.107	3%	1.305.655	-62.928	-5%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 26 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	23.352	29.738	-6.387	-21%	24.034	-683	-3%	
Agricultura e Pescas	8.597	9.121	-524	-6%	8.624	-27	-0%	
Atividades Administrativas	19	23	-5	-20%	17	2	13%	
Construção	22.649	30.867	-8.219	-27%	101.886	-79.237	-78%	
Cultura	11.004	10.156	849	8%	11.596	-591	-5%	
Empresas Financeiras	2.564	4.054	-1.490	-37%	3.445	-881	-26%	
Empresas Imobiliárias	5.403	7.291	-1.888	-26%	5.597	-194	-3%	
Gestoras de Património	12.784	16.052	-3.268	-20%	13.916	-1.132	-8%	
Indústrias Transformadoras	10.275	12.049	-1.774	-15%	9.936	339	3%	
Informação e Comunicação	31.051	30.495	556	2%	30.803	249	1%	
Saúde	405.960	408.008	-2.049	-1%	389.628	16.332	4%	
Transportes e Armazenagem	399.038	491.328	-92.291	-19%	411.124	-12.086	-3%	
Total	932.695	1.049.184	-116.489	-11%	1.010.605	-77.909	-8%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 27** – Gastos com Pessoal por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T3 2016		Δ (2016E/2016P)		T3 2015		Δ (2016/2015)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	10.746	11.405	-659	-6%	9.960	785	8%	
Agricultura e Pescas	10.152	10.739	-587	-5%	10.485	-333	-3%	
Atividades Administrativas	0	0	0	28%	1	-0	-4%	
Construção	5.257	5.091	166	3%	5.048	210	4%	
Cultura	19.094	19.627	-533	-3%	17.841	1.252	7%	
Empresas Financeiras	3.722	5.040	-1.318	-26%	4.251	-529	-12%	
Empresas Imobiliárias	2.789	2.804	-15	-1%	2.454	334	14%	
Gestoras de Património	27.378	29.739	-2.361	-8%	27.805	-426	-2%	
Indústrias Transformadoras	15.170	15.593	-423	-3%	15.720	-550	-3%	
Informação e Comunicação	62.248	62.220	28	0%	63.315	-1.066	-2%	
Saúde	1.335.886	1.329.895	5.991	0%	1.269.503	66.383	5%	
Transportes e Armazenagem	401.499	416.731	-15.233	-4%	389.184	12.315	3%	
Total	1.893.941	1.908.885	-14.944	-1%	1.815.566	78.375	4%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 28** – Administração Pública: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	22.855	17.215	5.640	11.428	11.428	8.185	2	10.207	6.790	3.416	5.103	5.103	2.386
Endividamento	2	1.148.017	1.126.089	21.928	574.008	574.008	780.760	2	1.108.839	1.086.180	22.659	554.419	554.419	752.023
EBITDA	2	93.272	84.087	9.185	46.636	46.636	52.964	2	76.639	71.452	5.187	38.320	38.320	46.857
Volume de Negócios	2	82.019	73.018	9.001	41.010	41.010	45.267	2	95.996	70.405	25.591	47.998	47.998	31.688
Gastos Operacionais	2	34.098	20.933	13.164	17.049	17.049	5.493	2	33.995	20.304	13.691	16.997	16.997	4.677

Fonte: SIRIEF

Tabela 29 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	3.604	2.729	875	1.802	1.802	1.311	2	3.073	2.457	616	1.537	1.537	1.302
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	7.090	5.376	1.714	3.545	3.545	2.590	2	6.159	4.672	1.487	3.079	3.079	2.252
Volume de Negócios	2	22.695	20.300	2.396	11.348	11.348	12.660	2	22.641	20.162	2.479	11.320	11.320	12.504
Gastos Operacionais	2	21.850	15.447	6.403	10.925	10.925	6.396	2	22.484	16.286	6.198	11.242	11.242	7.134

Fonte: SIRIEF

**Tabela 30** – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016								2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão		N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	579	579	579	579	579	-	1	559	559	559	559	559	-	
Endividamento	1	64.249	64.249	64.249	64.249	64.249	-	1	62.440	62.440	62.440	62.440	62.440	-	
EBITDA	1	6.171	6.171	6.171	6.171	6.171	-	1	6.220	6.220	6.220	6.220	6.220	-	
Volume de Negócios	1	5.725	5.725	5.725	5.725	5.725	-	1	5.725	5.725	5.725	5.725	5.725	-	
Gastos Operacionais	1	19	19	19	19	19	-	1	17	17	17	17	17	-	

Fonte: SIRIEF

Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016								2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão		N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	-16.518	0	-16.362	-8.259	-8.259	11.459	2	-13.426	0	-13.240	-6.713	-6.713	9.231	
Endividamento	2	707.515	706.673	842	353.758	353.758	499.098	2	729.600	728.882	718	364.800	364.800	514.890	
EBITDA	2	5.605	5.694	-89	2.802	2.802	4.089	2	4.214	4.325	-112	2.107	2.107	3.138	
Volume de Negócios	2	14.902	13.677	1.225	7.451	7.451	8.805	2	13.197	11.887	1.310	6.598	6.598	7.479	
Gastos Operacionais	2	27.988	26.687	1.300	13.994	13.994	17.951	2	107.034	105.577	1.456	53.517	53.517	73.625	

Fonte: SIRIEF

**Tabela 32** – Cultura: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	10.365	10.595	-1.184	2.073	278	4.810	5	8.720	8.084	-266	1.744	309	3.560
Endividamento	5	1.034	936	0	207	0	410	5	1.121	926	0	224	0	401
EBITDA	5	11.106	10.611	-1.053	2.221	467	4.742	5	9.450	8.092	-123	1.890	477	3.487
Volume de Negócios	5	26.172	20.526	283	5.234	1.918	8.601	5	23.376	17.157	244	4.675	2.411	7.050
Gastos Operacionais	5	31.384	14.013	1.148	6.277	3.144	5.465	5	30.506	13.309	1.551	6.101	3.298	4.969

Fonte: SIRIEF

Tabela 33 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	22.181	22.781	-811	4.436	39	10.262	5	-156.592	621	-157.755	-31.318	190	70.681
Endividamento	5	3.878.253	3.669.138	0	775.651	0	1.620.041	5	4.051.372	3.842.258	0	810.274	0	1.697.347
EBITDA	5	157.797	157.978	-725	31.559	190	70.672	5	-14.517	1.455	-16.872	-2.903	192	7.829
Volume de Negócios	5	5.028	4.050	0	1.006	402	1.721	5	5.039	4.004	0	1.008	402	1.697
Gastos Operacionais	5	6.286	2.825	17	1.257	715	1.322	5	7.695	3.724	18	1.539	852	1.674

Fonte: SIRIEF

**Tabela 34** – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	24.851	25.527	-369	8.284	-307	14.933	3	22.136	22.465	-181	7.379	-147	13.065
Endividamento	3	296.269	291.275	0	98.756	4.994	166.745	3	355.696	350.757	0	118.565	4.939	201.099
EBITDA	3	40.510	40.773	-329	13.503	65	23.617	3	37.043	36.812	-50	12.348	281	21.188
Volume de Negócios	3	112.585	106.910	0	37.528	5.675	60.154	3	95.093	89.426	0	31.698	5.667	50.074
Gastos Operacionais	3	74.489	69.619	327	24.830	4.543	38.846	3	62.174	57.612	48	20.725	4.514	32.023

Fonte: SIRIEF

Tabela 35 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	6	-92.336	39.262	-98.136	-15.389	44	47.131	6	5.182	145.231	-95.781	864	-6.165	79.529
Endividamento	6	5.471.977	4.395.312	0	911.996	250.832	1.725.521	6	5.304.551	4.304.972	0	884.092	247.290	1.692.255
EBITDA	6	-21.589	3.125	-14.957	-3.598	114	7.392	6	-21.993	2.586	-12.967	-3.665	-2.516	5.846
Volume de Negócios	6	36.455	16.512	0	6.076	6.150	6.017	6	21.023	8.254	0	3.504	3.206	3.211
Gastos Operacionais	6	52.801	20.905	568	8.800	6.690	8.287	6	50.959	20.757	565	8.493	5.129	8.806

Fonte: SIRIEF

**Tabela 36** – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	16.854	16.854	16.854	16.854	16.854	-	1	14.907	14.907	14.907	14.907	14.907	-
Endividamento	1	0	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	-
EBITDA	1	26.390	26.390	26.390	26.390	26.390	-	1	24.193	24.193	24.193	24.193	24.193	-
Volume de Negócios	1	72.617	72.617	72.617	72.617	72.617	-	1	68.849	68.849	68.849	68.849	68.849	-
Gastos Operacionais	1	45.062	45.062	45.062	45.062	45.062	-	1	45.767	45.767	45.767	45.767	45.767	-

Fonte: SIRIEF

Tabela 37 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	1.304	754	550	652	652	144	2	7.829	7.581	248	3.915	3.915	5.186
Endividamento	2	113.436	113.227	209	56.718	56.718	79.915	2	97.652	97.249	403	48.826	48.826	68.480
EBITDA	2	8.912	7.722	1.190	4.456	4.456	4.619	2	16.066	15.459	606	8.033	8.033	10.503
Volume de Negócios	2	170.420	158.965	11.456	85.210	85.210	104.305	2	167.776	156.680	11.096	83.888	83.888	102.943
Gastos Operacionais	2	161.360	151.342	10.018	80.680	80.680	99.931	2	146.441	135.999	10.442	73.220	73.220	88.782

Fonte: SIRIEF

**Tabela 38 – Saúde: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	25	-213.992	2.452	-27.071	-8.560	-7.143	7.374	25	-168.065	10.034	-51.142	-6.723	-2.954	11.642
Endividamento	25	235	175	0	9	0	36	25	235	175	0	9	0	36
EBITDA	25	-144.786	6.344	-19.777	-5.791	-4.000	6.268	25	-94.661	14.314	-42.746	-3.786	-1.572	10.496
Volume de Negócios	25	2.343.407	272.772	19.767	93.736	60.411	73.464	25	2.270.774	255.617	19.101	90.831	60.407	69.038
Gastos Operacionais	25	2.581.872	298.729	19.095	103.275	72.747	80.466	25	2.488.398	299.127	18.511	99.536	65.950	79.200

Fonte: SIRIEF

Tabela 39 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2016							2015						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	13	-308.755	27.856	-158.257	-23.750	22	53.321	13	-400.656	13.194	-215.470	-30.820	-13	64.692
Endividamento	13	19.697.494	8.407.849	0	1.515.192	91.463	2.506.699	13	20.227.081	8.402.205	0	1.555.929	98.861	2.534.224
EBITDA	13	524.665	475.646	-36.405	40.359	6.344	131.828	13	520.340	482.416	-22.327	40.026	6.300	133.785
Volume de Negócios	13	1.464.259	866.792	0	112.635	32.773	233.012	13	1.562.661	982.215	0	120.205	31.799	264.479
Gastos Operacionais	13	1.032.156	472.448	449	79.397	34.440	130.288	13	1.136.356	574.195	418	87.412	36.629	156.393

Fonte: SIRIEF



UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Rua da Alfândega, 5 – R/C, 1100-016 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 218 846 869 Fax: +351 218 846 735 Correio Eletrónico: utam@utam.pt

www.utam.pt